

# Galvêas admite: o Brasil deve ir ao Clube de Paris.

Os novos tetos do crédito interno líquido e projeções para o fechamento do balanço de pagamentos deste ano. Estes foram, segundo o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, os assuntos discutidos durante a reunião de cinco horas que ele teve com a missão do FMI ontem, no Palácio do Planalto. Na entrevista que concedeu após o encontro, o ministro admitiu que o Brasil está estudando a possibilidade de recorrer ao Clube de Paris. Na reunião de hoje com a missão do FMI será discutida novamente o balanço de pagamentos e o teto do déficit do setor público.

O coordenador do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Seplan —, Augusto Savasini, que esteve no começo da noite no Ministério da Fazenda com a técnica Ana Maria Jul, do FMI, disse que o limite de expansão do déficit do setor público ficará entre Cr\$ 18,5 trilhões e Cr\$ 20 trilhões.

Outro técnico que participou da reunião no Palácio do Planalto revelou que hoje serão definidos os detalhes finais da nova carta de intenções e do memorando técnico de entendimento, que a missão levará ao board do Fundo para aprovação do novo acordo.

O ministro da Fazenda confirmou que o Brasil está estudando a possibilidade de recorrer ao Clube de Paris, que reúne os bancos oficiais, como Eximbank, dos Estados

Unidos e do Japão, o Hermes, da Alemanha, e organismos similares da França e Inglaterra. Galvêas explicou que, depois de o Brasil receber a segunda parcela de US\$ 411 milhões do FMI e a de US\$ 634 milhões do jumbo dos bancos comerciais, será “avaliada” a ida ao Clube de Paris. Ontem, qualificados técnicos da área econômica não sabiam informar com exatidão o valor da dívida brasileira com os governos. Alguns diziam que atinge apenas US\$ 2,7 bilhões, mas outra fonte garantiu que ela ultrapassa os US\$ 5 bilhões.

As mesmas fontes confirmaram, porém, que o interesse do Brasil em recorrer ao Clube de Paris é de caráter político, para conseguir o aval desse organismo para renegociar globalmente sua dívida externa logo depois.

Wilfred Beveridge, vice-diretor do Departamento de Relações Comerciais e Cambiais do FMI, afirmou que dificilmente o Brasil conseguirá os recursos do Clube de Paris antes de fechar o acordo com o FMI, pois isso nunca aconteceu antes, e lembrou que as regras do clube são idênticas às da comunidade financeira internacional. Ele se referiu em tom de brincadeira aos países devedores da América Latina como o “cartel da moratória” e perguntou por que os países, em cartel, teriam melhores condições de negociar do que individual-

mente. Ao ouvir a resposta de que assim eles teriam maior poder de pressão, afirmou: “Isto pode estar certo”. Disse que a idéia de um cartel de devedores não deve ser bem vista pelo FMI.

Quanto à reunião dos países endividados da América Latina com os Estados Unidos, em Caracas, de 5 a 9 do próximo mês, o diplomata Tarcisio Marciano da Rocha, chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, disse que o Brasil terá sua delegação chefiada por um ministro, admitindo que poderá ser o próprio Ernane Galvêas. No entanto, disse Marciano, isso ainda está sendo definido pela Seplan, Itamaraty e Fazenda. O assessor da Fazenda disse que a reunião foi convocada pela Organização dos Estados Americanos no último dia 13 de maio.

## Revisão

O vice-diretor do Departamento de Relações Comerciais e Cambiais do Fundo Monetário Internacional, Wilfred Beveridge, disse ontem que espera que não haja dificuldades para a aprovação do Decreto nº 2.045 que altera a lei de reajustes salariais, mas ressaltou que este é um tema de política interna do Brasil e que, por isso, não tem entrado nas discussões da missão. Confirmou, porém, que será necessária uma revisão do programa brasileiro, caso o Congresso resolva não aprovar o decreto.